

**Esclarecimento 16/07/2021 13:25:10**

Questionamento da empresa LICITAÇÃO JÁ ao edital do PE 40-2021 e respostas 1. Entendemos que as empresas licitantes podem participar do certame com CNPJ matriz ou filial e que todos os documentos de habilitação devem estar vinculados a esse mesmo CNPJ. Porém, os atestados técnicos e os documentos como: balanço patrimonial, índices contábeis, certificado de regularidade do FGTS, certidão negativa federal (certidão da dívida ativa da União Federal), CNDT, podem ser emitidos no nome da matriz, mesmo que a licitante participe com a filial, uma vez que são documentos que comprovam recolhimento centralizado. Está correto o nosso entendimento? Resposta: Sim. 2. Os lances deverão ser fornecidos considerando o valor unitário do item? O valor global do item? Ou o valor global da soma dos itens? Resposta: Valor global do item (subitem 6.1.1, do edital). Conforme o anexo II, há somente um item na licitação, composto por 1.350 USTs mensal, 120 diárias e 30 meias-diárias. 3. Entendemos que não há necessidade de enviar planilha de custo e formação de preço em anexo a proposta inicial a ser cadastrada no sistema. A planilha de custo e formação de preço somente deverá ser enviada em anexo a proposta de preço ajustada. Está correto nosso entendimento? Resposta: Sendo a planilha de custos e formação de preços documento complementar, cabe ao licitante enviá-la juntamente com a proposta conforme o art. 19, II do Decreto 10.024/2019. 4. Entendemos que as empresas cuja atividade principal é beneficiária da desoneração da folha poderão utilizar-se desta na confecção do seu preço, pois está é a sua realidade tributária. Está correto nosso entendimento? Resposta: 1. Para que o licitante interessado possa ter direito à desoneração tributária deverá comprovar o preenchimento dos requisitos legais pertinentes, sendo necessário, em face disso, que o licitante complemente o questionamento formulado, apresentando os seguintes esclarecimentos: a) comprovar que fez a opção de recolher a contribuição previdenciária incidente sobre o valor da receita bruta, em substituição às contribuições incidentes sobre a folha de pagamento, indicando a legislação específica que ampara esse benefício tributário (artigo de lei, instrução normativa etc.); b) caso comprovado que o licitante interessado é beneficiário da Lei nº 12.546/2011, comprovar que a utilização do benefício da desoneração, no Pregão Eletrônico nº 40/2021-TRE/RN, está em conformidade com as regras previstas na referida Lei, indicando os artigos específicos dessa norma que são aplicáveis ao caso concreto, inclusive demonstrando, por exemplo: b.1) que possui a maior receita auferida oriunda da atividade desonerada, conforme o disposto no art. 9º, § 9º, da referida Lei, em sendo o caso (ou demonstrar que esse dispositivo legal não se aplica à situação do licitante interessado no caso concreto); b.2) que o faturamento que o licitante interessado espera auferir com atividade alheia à desoneração (em sendo o caso) não supera 5% do faturamento principal declarado, nos termos do art. 9º, § 5º, da referida Lei (ou demonstrar que esse dispositivo legal não se aplica à situação do licitante interessado no caso concreto); b.3) informar se o benefício da desoneração a que faz jus o licitante interessado será mantido durante todo o período de vigência da contratação decorrente do Pregão Eletrônico nº 40/2021-TRE/RN, ou se a vigência desse benefício se encerrará antes do término do prazo de vigência da contratação mencionada. 2. Diante do exposto, esta Seção de Licitações e Contratos do TRE/RN sugere que seja fixado prazo para que o licitante interessado apresente os esclarecimentos acima elencados, a fim de possibilitar que o TRE/RN possa responder de maneira fundamentada ao questionamento formulado. Essa diligência tem por objetivo evitar o risco de eventual aceitação de planilha de custos equivocada, sem refletir adequadamente os valores a serem recolhidos pela empresa vencedora do Pregão Eletrônico nº 40/2021-TRE/RN, a título de contribuição previdenciária, durante e execução contratual, atraindo para o TRE/RN a responsabilidade por dívida trabalhista ou fiscal em decorrência de aceitação de proposta incorreta. 5. Qual a empresa atualmente presta o serviço licitado? Resposta TECHCOM TECNOLOGIA E INFORMÁTICA EIRELI 6. Para as empresas obrigadas a entregar a Escrituração Contábil Digital (ECD), o Balanço Patrimonial e DRE do último exercício só serão exigidos a partir de 1º de agosto, tendo em vista que o prazo para transmissão via SPED é 31 de julho, conforme art. 3º, da Instrução Normativa RFB 1.422/2013 que foi revogada e substituída pela Instrução Normativa Nº 2004, DE 18 DE JANEIRO DE 2021 Art. 3º. Está correto o entendimento? Resposta: Sim.